



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

89-677
16 04 02 5
2

Resolução nº 6.692

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
na forma do Art. 46 do Regimento Interno;

Considerando a competência desta Corte de Contas, consoante dispõe o
artigo 23, III, da Lei Complementar Estadual nº 25, de 05 de agosto de 1994;

Considerando que referida lei determina em seu artigo 30 que as
Prefeituras, Câmaras, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder
Público devem encaminhar a este Tribunal até 30(trinta) dias após encerrado o
trimestre Balancetes Trimestrais e até o dia 31 de março do ano subsequente o
Balanço Geral;

Considerando que o não cumprimento dos prazos legais obriga esta
Corte a tomá-las, na forma do artigo 45 da Lei Complementar Estadual nº 25/94 e
do artigo 106 do Regimento Interno;

Considerando que embora encerrados os prazos legais para a
apresentação dos balancetes trimestrais e do Balanço Geral referentes ao exercício
financeiro de 2001, diversos administradores ainda não encaminharam a este
Tribunal as prestações de contas a que estão obrigados;

Considerando proposição apresentada pelo Conselheiro Presidente na
sessão desta data, aprovada por votação unânime, nos termos da ata da sessão.

Considerando ainda as disposições contidas na Lei nº 101/2000, Lei de
Responsabilidade Fiscal.

R e s o l v e:

I - Determinar a instauração de Tomada de Contas nos Órgãos
municipais que se encontram em débito com os balancetes trimestrais e/ou com o
Balanço Geral, referentes ao exercício financeiro de 2001;

II - Autorizar a Presidência do Tribunal a constituir comissões de
Tomada de Contas, na forma do disposto nos artigos 106 e 107 do Regimento
Interno, que serão realizadas de acordo com programação aprovada pelo Presidente.

Sala de sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
em 11 de abril de 2002.


Conselheiro RONALDO PASSARINHO
Presidente